

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronáutico e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 92 milhões, correspondendo a R\$ 3.902,90 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.473 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 2,65% sobre o Patrimônio Líquido. A Instituição possui participação societária na empresa Serel Participações em Imóveis S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, o total de Ativos somava R\$ 10.216 milhões, destacando-se R\$ 6.713 milhões em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 2.487 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. O total

de captações estava representado por R\$ 6.182 milhões de Debêntures e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado das operações de arrendamento mercantil representava R\$ 1.141 milhões. A Instituição possuía 5.692.374.984 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 139.084 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em política superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

Osasco, SP, 03 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Disponibilidades	4	7.774	3.446	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		6.181.807	6.016.001
Instrumentos Financeiros		6.714.324	6.396.201	- Recursos de Instituições Financeiras.....	11a	263	936
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	5	1.330	1.294	- Recursos de Emissão de Títulos.....	11b	6.181.544	6.015.065
- Títulos e Valores Mobiliários.....	6	6.712.994	6.394.907	Provisões		164.751	168.330
Operações de Arrendamento Mercantil	7	2.487.332	2.703.709	- Provisões para Contingências.....	12	164.751	168.330
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7	(64.796)	(158.448)	Impostos Diferidos		286.130	295.595
- Operações de Arrendamento Mercantil.....		(64.796)	(158.448)	Outros Passivos	13	110.348	234.813
Créditos Tributários	21	204.112	239.648	Total do Passivo		6.743.036	6.714.739
Investimentos em Coligadas	8	40.614	58.318	Patrimônio Líquido	14		
Imobilizado de Uso	9	25.444	25.444	Capital Social.....		2.312.267	2.312.267
Depreciações e Amortizações	9	(22.363)	(22.343)	Reservas de Lucros.....		1.160.851	1.090.663
- Imobilizado de Uso.....		(22.363)	(22.343)	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		(89)	-
Outros Ativos	10	823.624	871.694	Total do Patrimônio Líquido		3.473.029	3.402.930
Total do Ativo		10.216.065	10.117.669	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.216.065	10.117.669

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Nota	Acumulado em 31 de dezembro	
		2º Semestre 2020	2019
Receitas da Intermediação Financeira		724.538	2.841.911
- Operações de Crédito.....	7j	17.059	56.717
- Operações de Arrendamento Mercantil.....	7i	651.698	1.307.607
- Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	6c	55.781	1.477.587
Despesas da Intermediação Financeira		(663.797)	(2.524.311)
- Despesas Tributárias em Operações de Arrendamento Mercantil.....	11c	(69.808)	(184.685)
- Despesas de Empréstimos e Repasses.....	11a	(15)	(117)
- Operações de Arrendamento Mercantil.....	7i	(593.974)	(1.066.474)
Resultado da Intermediação Financeira		60.741	317.600
Reversão/(Despesa) de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		38.081	(34.982)
- Operações de Arrendamento Mercantil.....	7	38.081	(34.982)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		98.822	(282.618)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(29.106)	(44.572)
- Outras Despesas Administrativas.....	15	(13.460)	(28.489)
- Despesas Tributárias.....	16	(18.960)	(44.813)
- Resultado de Participações em Coligadas.....	8	255	1.398
- Outras Receitas Operacionais.....	17	10.994	28.329
- Outras Despesas Operacionais.....	18	(4.703)	(8.751)
- Reversões/(Despesas) de Provisões.....		(3.232)	(13.763)
- Fiscais.....	12	-	17.533
- Cíveis.....	12	(3.232)	(31.296)
Resultado Operacional		69.716	238.046
Resultado Não Operacional	19	(4.746)	(8.392)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		64.970	217.634
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	21	(27.050)	(29.918)
Lucro Líquido		37.920	247.552
Lucro por ação em R\$		1.607,80	10.496,16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	Acumulado em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2020	2019
Lucro Líquido do Período	37.920	247.552
Outros Resultados Abrangentes	61	(89)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	61	(89)
Resultado Abrangente do Período	37.981	247.552

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Acumulado em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	64.970	268.062
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	580.575	1.019.515
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	38.081	34.982
Depreciação e Amortização.....	454.666	887.020
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis e Fiscais.....	6.233	(16.940)
Resultado de Participações em Coligadas.....	(255)	(1.398)
Superveniência/(Insuficiência) de Depreciação.....	90.130	105.065
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(9.809)	10.473
Outros.....	1.529	313
Lucro Líquido antes dos Impostos	645.545	1.287.577
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(13)	(36)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(445.707)	(318.087)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil.....	(38.398)	(119.214)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	65.425	67.295
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento.....	(112.777)	(678.512)
Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros.....	(405)	(673)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(159.177)	(149.039)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(25.132)	(28.044)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(70.639)	(2.863.840)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(70.639)	(2.863.840)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Investimentos/Imobilizado de Uso.....	6.365	25.256
Dividendos Recebidos.....	-	20
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	6.365	25.256
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures.....	60.422	(2.884.909)
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	(176.800)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	60.422	(2.863.659)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.852)	4.328
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	11.626	3.446
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	7.774	3.446
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.852)	4.328

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas, e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Instrumentos financeiros

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações comprissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

ii. Títulos e valores mobiliários - classificação
• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais há capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseado-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração. A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

e) Operações de arrendamento mercantil
A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme seguem:

i. Arrendamentos a receber
Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente (Nota 7b).

ii. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)
São registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas (Nota 7b).
O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual (Nota 7b).

iii. Imobilizado de arrendamento
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20% (Nota 7k).

iv. Perdas em arrendamentos
Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7k).

v. Superveniência (insuficiência) de depreciação
Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "ii" a "iv" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente, no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em conformidade, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registrada no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (Nota 7k).

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de arrendamento mercantil
As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BRADESCO LEASING SA - ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	12
KLABIN SA.....	2

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Níveis de risco											Total em 2020	%	Total em 2019	%
	Operações em curso anormal (3)														
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H						
Parcelas vencidas (2).....	-	-	16	606	446	241	278	139	2.057	3.783	100,0	25.268	100,0		
1 a 14.....	-	-	-	29	96	73	17	1	161	377	10,0	2.109	8,3		
15 a 30.....	-	-	16	509	43	28	45	13	76	730	19,3	833	3,3		
31 a 60.....	-	-	-	68	141	97	63	15	244	628	16,6	2.529	10,0		
61 a 90.....	-	-	-	-	146	34	40	24	661	905	23,9	4.078	16,1		
91 a 180.....	-	-	-	-	20	9	113	73	470	685	18,1	7.151	28,4		
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	13	445	458	12,1	8.121	32,1		
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	447	1,8		
Subtotal.....	-	-	172	12.969	3.973	2.561	1.314	545	11.066	32.600		129.557			
Provisão específica.....	-	-	2	389	398	768	657	381	11.066	13.661		113.052			

- (1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;
 (2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e
 (3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Níveis de risco											Total em 2020	%	Total em 2019	%
	Operações em curso normal (2)														
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H						
Parcelas vincendas.....	398.169	850.041	1.142.101	9.383	11.087	4.236	3.497	15.469	19.630	2.453.613	100,0	2.572.902	99,9		
1 a 30.....	17.347	19.669	47.624	390	428	190	1.445	145	640	87.878	3,3	92.271	3,6		
31 a 60.....	18.239	27.454	48.294	386	420	188	231	143	673	96.028	4,7	99.177	3,9		
61 a 90.....	16.603	19.181	45.097	382	412	163	53	130	646	82.667	3,3	90.942	3,5		
91 a 180.....	48.477	51.541	125.767	1.117	1.195	507	415	505	1.774	231.298	9,6	246.320	9,6		
181 a 360.....	88.581	104.011	223.269	1.979	2.251	877	553	903	3.348	425.772	16,3	425.324	16,5		
Acima de 360.....	208.922	628.185	652.050	5.129	6.381	2.311	800	13.643	12.549	1.529.970	62,8	1.618.868	62,9		
Vencidas até 14 dias.....	20	715	333	-	-	7	-	6	38	1.119	-	1.250	-		
Subtotal.....	398.189	850.756	1.142.434	9.383	11.087	4.243	3.497	15.475	19.668	2.454.732	100,0	2.574.152	100,0		
Provisão genérica.....	-	4.254	11.424	281	1.109	1.273	1.748	10.833	19.668	50.590		44.392			
Total geral em 2020.....	398.189	850.756	1.142.606	22.352	15.060	6.804	4.811	16.020	30.734	2.487.332		2.487.332			
Provisão existente.....	-	4.562	11.485	689	1.816	2.091	2.405	11.214	30.734	64.796		64.796			
Provisão mínima requerida.....	-	4.254	11.426	670	1.507	2.041	2.405	11.214	30.734	64.251		64.251			
Provisão complementar.....	-	308	59	19	109	50	-	-	-	545		-			
Total geral em 2019.....	494.297	676.850	1.354.650	15.431	14.167	5.219	204	19.739	123.152			2.703.709			
Provisão existente.....	-	4.203	13.574	476	1.503	1.613	109	13.818	123.152			158.448			
Provisão mínima requerida.....	-	3.384	13.546	463	1.416	1.566	102	13.818	123.152			157.447			
Provisão complementar.....	-	819	28	13	87	47	7	-	-			1.001			

- (1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e
 (2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operação

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Exposição - arrendamento mercantil	Operação								Total
	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias		
Total em 2020.....	2.395.222	57.912	21.255	6.292	2.123	4.528	-	2.487.332	
Total em 2019.....	2.532.216	37.982	21.653	38.542	5.698	65.668	1.950	2.703.709	

f) Concentração das operações de arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Maior devedor.....	2020		2019	
	R\$ mil	% (1)	R\$ mil	% (1)
Dez maiores devedores.....	212.105	8,5	220.604	8,2
Vinte maiores devedores.....	931.586	37,5	804.860	29,8
Cinquenta maiores devedores.....	1.184.630	47,6	1.080.435	40,0
Cem maiores devedores.....	1.542.643	62,0	1.518.021	56,1
	1.850.098	74,4	1.880.946	69,6

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

g) Setor de atividade econômica

h) Movimentação da carteira de renegociação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	%	2019	%
Setor privado	2.487.332	100,0	2.703.709	100,0
Pessoa jurídica.....	2.416.358	97,1	2.604.554	96,3
Varejo.....	564.119	22,7	573.090	21,2
Transportes e concessão.....	376.954	15,2	452.701	16,7
Serviços diversos.....	245.679	9,9	351.164	13,0
Holding.....	229.300	9,2	45.048	1,7
Atacado.....	188.077	7,6	206.277	7,6
Atividades imobiliárias e construção.....	140.885	5,7	262.252	9,7
Trading.....	67.667	2,7	5.994	0,2
Química.....	55.799	2,2	70.068	2,6
Lazer e turismo.....	50.255	2,0	61.519	2,3
Automobilística.....	41.243	1,7	56.241	2,1
Saúde.....	37.787	1,5	53.213	2,0
Siderurgia e metalurgia.....	30.814	1,2	14.339	0,5
Energia elétrica.....	30.228	1,2	57.907	2,1
Educação.....	26.854	1,1	33.175	1,2
Embalagens.....	26.101	1,0	35.791	1,3
Telecomunicações.....	25.586	1,0	8.510	0,3
Alimentícia.....	24.559	1,0	40.827	1,5
Material de construção.....	22.508	0,9	21.667	0,8
Indústria geral.....	21.938	0,9	18.522	0,7
Comunicação.....	14.170	0,6	17.819	0,7
Demais setores.....	195.835	7,8	218.430	8,1
Pessoa física.....	70.974	2,9	99.156	3,7
Total.....	2.487.332	100,0	2.703.709	100,0

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Saldo inicial em 1º de janeiro.....	103.694	110.847
Renegociação.....	89.454	58.895
Recebimentos.....	(123.607)	(58.662)
Baixas.....	(5.622)	(7.387)
Saldo final em 31 de dezembro.....	63.918	103.693
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	33.352	81.206
Percentual sobre a carteira de renegociação.....	52,2%	78,3%

i) Resultado das operações de arrendamento mercantil

R\$ mil

	Acumulado em 31 de dezembro		
	2º Semestre 2020	2020	2019
Receitas de arrendamento mercantil.....	651.698	1.257.508	1.307.607
Despesas de arrendamento mercantil.....	(593.974)	(1.089.453)	(1.066.474)
Depreciações.....	(416.025)	(863.980)	(792.234)
Insuficiência de depreciação.....	(124.718)	(110.862)	(105.065)
Amortização.....	(38.640)	(84.275)	(94.785)
Valor residual garantido antecipado.....	(4.724)	(14.203)	(36.777)
Outras.....	(9.867)	(16.133)	(37.613)
Total.....	57.724	168.055	241.133

j) Provisão para perdas esperadas, movimentação da provisão e despesa de PDD líquida

I) Composição - Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Nível de risco	% Mínimo de provisão requerido	Provisão							Total em 2020	%	Total em 2019	%
		Mínima requerida			Total	Complementar	Total em 2020	%				
		Vencidas	Vincendas	Total específica								
AA.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
A.....	0,5	-	-	-	4.254	4.254	308	4.562	7,0	4.203	2,7	
B.....	1,0	-	2	2	11.424	11.426	59	11.485	17,7	13.574	8,6	
C.....	3,0	18	371	389	281	670	19	889	1,1	476	0,3	
Subtotal.....		18	373	391	15.959	16.350	386	16.736	25,8	18.253	11,6	
D.....	10,0	45	353	398	1.109	1.507	109	1.616	2,5	1.503	0,9	
E.....	30,0	72	696	768	1.273	2.041	50	2.091	3,2	1.613	1,0	
F.....	50,0	139	518	657	1.748	2.405	-	2.405	3,7	109	0,1	
G.....	70,0	97	284	381	10.833	11.214	-	11.214	17,3	13.818	8,7	
H.....	100,0	2.057	9.009	11.066	19.668	30.734	-	30.734	47,5	123.152	77,7	
Subtotal.....		2.410	10.860	13.270	34.631	47.901	159	48.060	74,2	140.195	88,4	
Total geral em 2020.....		2.428	11.233	13.661	50.590	64.251	545	64.796				
%.....		3,8	17,3	21,1	78,1	99,2	0,8		100,0			
Total geral em 2019.....		24.173	88.879	113.052	44.395	157.447	1.001			158.448		
%.....		15,3	56,1	71,4	28,0	99,4	0,6				100,0	

II) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

III) Recuperações

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		R\$ mil	
	2020	2019	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020
- Provisão específica (1).....	113.055	62.980		
- Provisão genérica (2).....	44.395	62.996	17.059	32.093
- Provisão complementar (3).....	1.001	536		56.717
Saldo inicial em 1º de janeiro.....	158.448	126.512		
(Reversão)/Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(87.738)	34.982		
Baixas.....	(5.914)	(3.046)		
Saldo final em 31 de dezembro (Nota 7) I).....	64.796	158.448		
- Provisão específica (1).....	13.661	113.052		
- Provisão genérica (2).....	50.590	44.395		
- Provisão complementar (3).....	545	1.001		

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
 (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
 (3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão complementar por cliente foi



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Tributos antecipados	456.395	450.680
Devedores por depósitos em garantia	341.095	381.467
Outros	26.134	39.547
Total	823.624	871.694

11) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

I) Obrigações por repasses

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
- FINAME	31	60	-	92	80	-	263
Total em 2020	31	60	-	92	80	-	263
%	11,8	22,8	-	35,0	30,4	-	100,0
Total em 2019	61	46	42	127	257	403	936
%	6,5	4,9	4,5	13,6	27,4	43,1	100,0

II) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME no exercício somou R\$ 41 mil (2019 - R\$ 117 mil).

b) Recurso de emissão de títulos - Debêntures

I) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
				2020	2019
Fevereiro/2005	4.000.000	2025	100% CDI	35.663	34.702
Fevereiro/2005	4.050.000	2025	100% CDI	2.855.115	2.778.222
Fevereiro/2005	8.775.000	2025	100% CDI	1.303.261	1.268.163
Janeiro/2008	6.750.000	2028	100% CDI	172.511	167.865
Junho/2011	4.750.000	2026	100% CDI	839.577	816.966
Junho/2011	4.750.000	2021	100% CDI	975.417	949.147
Total	33.075.000			6.181.544	6.015.065

II) Repactuação de debêntures

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não houve repactuação de debêntures.

III) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no exercício somou R\$ 184.685 mil (2019 - R\$ 532.919 mil).

c) Operações de captação no mercado

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Debêntures	69.808	532.919
Depósitos interfinanceiros	-	924.801
Total	184.685	1.457.720

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões de contingências passivas classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos.

II - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é:

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 27.505 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 27.111 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

III - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

Saldo em 31 de dezembro de 2019	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais
Atualização monetária	119.339	45.990
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	5.210	675
Pagamentos	8.114	-
	(14.578)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	118.085	46.666

c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 49.821 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 48.823 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.605.469 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.499.609 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.290.572 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.314.750 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; e
- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o transitio em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 129.096 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 127.209 mil).

13) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Fiscais e previdenciárias	61.939	37.283
Sociais e estatutárias	21.862	176.800
Credores diversos	16.298	13.440
Outros	10.249	7.290
Total	110.348	234.813

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (2019 - R\$ 2.312.267 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 23.585 (2019 - 23.585) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Reservas de lucros	1.160.851	1.090.663
Reserva legal (1)	293.657	289.054
Reservas estatutárias (2)	867.194	801.609

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1) (2)
Lucro líquido do exercício	92.050	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(4.603)	
Base de cálculo	87.447	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020	21.862	25,0
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2019	176.800	75,2

(1) Percentual dos dividendos em relação à base de cálculo; e

(2) Percentual de juros sobre o capital próprio em relação à base de cálculo em 31 de dezembro de 2019.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Jurídicas processuais	5.130	8.548
Serviços técnicos especializados	2.617	5.394
Seguros	3.031	5.337
Serviços do sistema financeiro	622	3.669
Propaganda, promoção e publicidade	502	988
Patrocínio	544	941
Outros	1.014	3.612
Total	13.460	28.489

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	15.579	32.201
Contribuição à Cofins	2.886	10.706
Contribuição ao PIS	469	1.740
Outras	26	166
Total	18.960	44.813

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Atualização monetária sobre depósito vinculado	5.673	12.650	16.798
Variação monetária ativa	3.544	10.277	21.790
Reversão de provisões operacionais	-	2.562	688
Rendas de outros serviços	1.511	2.379	3.779
Outras	266	461	1.799
Total	10.994	28.329	44.854

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Atualização monetária	3.001	5.886	1.878
Outras provisões	1.529	1.653	5.680
Descontos concedidos	171	579	858
Outras	2	2	335
Total	4.703	8.120	8.751

19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Prejuízo na alienação de outros valores e bens	(9.820)	(19.984)	(10.811)
Reversão/(Provisão) para desvalorização de outros valores e bens	9.809	16.108	(10.473)
Perdas em investimentos por incentivos fiscais	(5.121)	(5.121)	-
Receita de aluguel (Nota 20a)	386	605	872
Total	(4.746)	(8.392)	(20.412)

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2020	2019	2020	2019
Ativos				
Disponibilidades (Nota 4)	7.774	3.446	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5a)	1.330	1.294	-	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 6a)	6.674.101	6.348.241	-	-
Operações de arrendamento mercantil	-	-	220	578
Dividendos a receber	-	-	7	17
Passivos				
Recursos de debêntures (Nota 11)	6.181.544	6.015.065	-	-
Dividendos a pagar (Nota 14c)	21.862	-	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 14c)	-	176.800	-	-

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2020	2019	2020	2019
Recargas de intermediação financeira	141.075	1.410.130	-	-
Despesas de intermediação financeira	(166.479)	(1.439.892)	-	-
Receita de aluguel (Nota 19)	581	850	24	22
Despesa de comunicação	(85)	(54)	-	-
Despesa de comissões e taxas pagas	(99)	(107)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos funcionários e administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização. A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	64.970	154.532	217.634
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(25.988)	(61.813)	(87.053)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas	102	509	559
Despesas indutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(892)	(906)	(572)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	-	-	83.200
Outros valores (1)	(272)	(272)	33.784
Imposto de renda e contribuição social do período	(27.050)	(62.482)	29.918

(1) Em 2019, inclui basicamente: (i) reversão de IR e CS sobre perdas no recebimento de operações de arrendamento mercantil no montante de R\$ 32.505 mil; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(31.866)	(36.411)	1.257
Impostos diferidos:			</

...continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

	Carteira <i>Banking</i> (1)						R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019			
	1	2	3	1	2	3	
Taxa de juros em reais ...							
Índices de preços							
Cupom cambial.....							
Moeda estrangeira.....							
Renda variável.....							
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> ... e <i>Treasuries</i>							
Total sem correlação.....	(1.882)	(52.785)	(105.170)	(2.345)	(73.585)	(146.229)	
Total com correlação.....	(1.075)	(25.375)	(50.828)	(2.102)	(56.628)	(112.927)	

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,18 foi utilizado um cenário de R\$ 5,23, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi aplicado um cenário de 2,87%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,18 foi utilizado um cenário de R\$ 6,47, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi utilizado um cenário de 3,57%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,18 foi utilizado um cenário de R\$ 7,77, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi utilizado um cenário de 4,29%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

d) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo em 31 de dezembro

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	7.774	-	-	-	-	7.774
Instrumentos financeiros.....	6.569.236	13.136	-	131.952	-	6.714.324
- Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	-	-	-	1.330	-	1.330
- Títulos e valores mobiliários.....	6.569.236	13.136	-	130.622	-	6.712.994
Operações de arrendamento mercantil.....	91.209	417.343	433.361	1.545.419	-	2.487.332
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.986)	(8.662)	(10.456)	(40.692)	-	(64.796)
Créditos tributários	-	17.472	16.716	169.924	-	204.112
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	-	-	-	-	40.614	40.614
Imobilizado de uso	-	-	-	-	3.081	3.081
Outros ativos	14.039	3.080	3.703	802.802	-	823.624
Total em 2020.....	6.677.272	442.369	443.324	2.609.405	43.695	10.216.065
Total em 2019.....	6.896.693	493.317	465.693	2.200.547	61.419	10.117.669

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BRADESCO LEASING SA - ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	12
KLABIN SA.....	2

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
	Passivo					
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....	31	975.569	80	5.206.127	-	6.181.807
- Recursos de instituições financeiras.....	31	152	80	-	-	263
- Recursos de emissão de títulos.....	-	975.417	-	5.206.127	-	6.181.544
Provisões	-	-	-	164.751	-	164.751
Impostos diferidos	-	-	-	286.130	-	286.130
Outros passivos	79.415	241	21.862	8.830	-	110.348
Patrimônio líquido						
Capital social	-	-	-	-	2.312.267	2.312.267
Reservas de lucros	-	-	-	-	1.160.851	1.160.851
Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	(89)	(89)
Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	3.473.029	3.473.029
Total em 2020.....	79.446	975.810	21.942	5.665.838	3.473.029	10.216.065
Total em 2019.....	230.457	455	257	468.505	9.417.995	10.117.669

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

O resultado contábil em 2020 foi de R\$ 92 milhões, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente em 2020.

O resultado contábil em 2019 foi de R\$ 248 milhões, o resultado recorrente foi de R\$ 262 milhões e o resultado não recorrente foi de R\$ (14) milhões, líquido de impostos. O resultado não recorrente de 2019 foi apurado seguindo os critérios estabelecidos pela Administração em seu processo de elaboração do Relatório de Análise Econômica e Financeira e não se espera que ocorra em exercícios futuros, os quais elencamos abaixo:

Eventos não recorrentes 2019: i. Passivos Contingentes - R\$ (14) milhões: constituição atípica de provisões cíveis.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia não gerou impacto significativo na Instituição.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Octavio de Lazari Junior

Diretores Vice-Presidentes
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri

Diretor Gerente
Moacir Nachbar Junior

Diretores Adjuntos
José Ramos Rocha Neto
Leandro de Miranda Araujo
Antonio José da Barbara

Diretores
Leandro José Diniz
José Gomes Fernandes
Renata Geiser Mantaro

Diretor de Relações com Investidores
Leandro de Miranda Araujo

Silvio José Alves
Contador – CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição ou Bradesco Leasing") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3e e 7 a Bradesco Leasing registrou R\$ 64.796 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2020.

Para determinar a provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa a Bradesco Leasing classifica as operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Bradesco Leasing complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, acentuado pelos efeitos da atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de arrendamento mercantil e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados aos processos de (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) a definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Bradesco Leasing quanto aos impactos gerados pela pandemia do Covid-19, como o aumento da inadimplência de determinados setores, aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem, o cálculo aritmético da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa da carteira de arrendamento mercantil, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstrações do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os

aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 10 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes

KRC SP-028567/F

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 27
São Paulo, quinta-feira, 11 de fevereiro de 2021

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

certificadodigital um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais
Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado

Acesse e descubra certificadodigital.imprensaoficial.com.br

COMPRAR seu certificado | CLIENTES de outros | RENOVAR seu certificado | INSTALAR seu certificado | TENHO dúvidas | SUPORTE técnico

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quinta-feira, 11 de fevereiro de 2021 às 01:00:04



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 92 milhões, correspondendo a R\$ 3.902,90 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.473 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 2,65% sobre o Patrimônio Líquido. A Instituição possui participação societária na empresa Serele Participações em Imóveis S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, o total de Ativos somava R\$ 10.216 milhões, destacando-se R\$ 6.713 milhões em Títulos e Valores Mobiliários e

R\$ 2.487 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 6.182 milhões de Debêntures e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado das operações de arrendamento mercantil representava R\$ 1.141 milhões. A Instituição possuía 5.692.374.984 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 139.084 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados a auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

Osasco, SP, 03 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	Nota	2020	2019	
Ativo				
Disponibilidades	4	7.774	3.446	
Instrumentos Financeiros		6.714.324	6.396.201	
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.230	1.294	
- Títulos e Valores Mobiliários	6	6.712.994	6.394.907	
Operações de Arrendamento Mercantil		2.487.332	2.703.709	
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7	(64.796)	(158.448)	
- Operações de Arrendamento Mercantil		(64.796)	(158.448)	
Créditos Tributários	21	204.112	239.648	
Investimentos em Coligadas	8	40.614	58.318	
Imobilizado de Uso	9	25.444	25.444	
Depreciações e Amortizações	9	(22.363)	(22.343)	
- Imobilizado de Uso		(22.363)	(22.343)	
Outros Ativos	10	823.624	871.694	
Total do Ativo		10.216.065	10.117.669	
Passivo				
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		6.181.807	6.016.001	
- Recursos de Instituições Financeiras	11a	263	936	
- Recursos de Emissão de Títulos	11b	6.181.544	6.015.065	
Provisões		164.751	168.330	
- Provisões para Contingências	12	164.751	168.330	
Impostos Diferidos		286.130	295.595	
Outros Passivos	13	110.348	234.813	
Total do Passivo		6.743.036	6.714.739	
Patrimônio Líquido	14			
Capital Social		2.312.267	2.312.267	
Reservas de Lucros		1.160.851	1.090.663	
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(89)	-	
Total do Patrimônio Líquido		3.473.029	3.402.930	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.216.065	10.117.669	

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Receitas da Intermediação Financeira		724.538	1.427.373	2.841.911
- Operações de Crédito	7j	17.059	32.093	56.717
- Operações de Arrendamento Mercantil	7i	651.698	1.257.598	1.307.607
- Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6c	55.781	137.772	1.477.587
Despesas da Intermediação Financeira		(663.797)	(1.274.179)	(2.524.311)
- Operações de Captações no Mercado	11c	(69.808)	(184.685)	(1.457.720)
- Operações de Empréstimos e Repasses	11a	(15)	(41)	(117)
- Operações de Arrendamento Mercantil	7i	(593.974)	(1.089.453)	(1.066.474)
Resultado da Intermediação Financeira		60.741	153.194	317.600
Reversão/(Despesa) de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		38.081	54.636	(34.982)
- Operações de Arrendamento Mercantil	7	38.081	54.636	(34.982)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		98.822	207.830	(282.618)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(29.106)	(44.572)	(44.572)
- Outras Despesas Administrativas	15	(13.460)	(20.709)	(28.489)
- Despesas Tributárias	16	(18.960)	(37.564)	(44.813)
- Resultado de Participações em Coligadas	8	255	1.272	1.398
- Outras Receitas Operacionais	17	10.994	28.329	44.854
- Outras Despesas Operacionais	18	(4.703)	(8.120)	(8.751)
- Reversões/(Despesas) de Provisões	12	(3.232)	(8.114)	(13.763)
- Fiscais	12	-	-	17.533
- Cíveis	12	(3.232)	(8.114)	(31.296)
Resultado Operacional		69.716	162.924	238.046
Resultado não Operacional		(4.746)	(8.392)	(20.412)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		64.970	154.532	217.634
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(27.050)	(62.482)	(29.918)
Lucro Líquido		37.920	92.050	247.552
Lucro por ação em R\$		1.607,80	3.902,90	10.496,16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil				
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	
Lucro Líquido do Período	37.920	92.050	247.552	
Outros Resultados Abrangentes	61	(89)	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	61	(89)	-	
Resultado Abrangente do Período	37.981	91.961	247.552	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	64.970	154.543	268.062	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	580.575	1.060.181	1.019.515	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	38.081	54.636	34.982	
Depreciação e Amortização	454.666	948.256	887.020	
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis e Fiscais	6.233	13.999	(16.940)	
Resultado de Participações em Coligadas	(255)	(1.272)	(1.398)	
Superveniência/Insuficiência de Depreciação	90.130	59.017	105.065	
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	(9.809)	(16.108)	10.473	
Outros	1.529	1.653	313	
Lucro Líquido antes dos Impostos	645.545	1.182.846	1.287.577	
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(13)	(36)	(73)	
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(445.707)	(318.087)	55.519.776	
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(38.398)	(118.214)	(16.610)	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	65.425	67.295	(42.439)	
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(112.777)	(678.521)	(1.549.999)	
Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros	(405)	-	(52.113.162)	
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(405)	(673)	(5.081)	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(159.177)	(149.039)	(181.000)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(25.132)	(28.044)	(36.149)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(70.639)	(10.066)	2.863.840	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
(Aumento)/Redução em Investimentos/Imobilizado de Uso	6.365	25.256	20	
Dividendos Recebidos	-	-	20	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	6.365	25.256	20	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:				
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	60.422	166.478	(2.884.909)	
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-	(176.800)	21.250	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	60.422	(10.322)	(2.863.659)	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.852)	4.328	201	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	11.626	3.446	3.245	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	7.774	7.774	3.446	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.852)	4.328	201	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I) Depósitos e demais instrumentos financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição das operações está apresentada na Nota 11.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de debêntures, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, as composições dos respectivos saldos dessas captações estão sendo apresentadas na Nota 11.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 12.

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
- Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 23 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

o) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na Nota 23a.

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro de 2020				Em 31 de dezembro de 2019	
	1 a 30 dias	31 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos para negociação	6.569.236	13.136	130.622	6.712.994	38.945	(52)
Letras financeiras do tesouro	-	13.136	25.757	38.893	38.945	(52)
Cotas de fundos de investimentos (3)	6.569.236	-	104.865	6.674.101	6.674.101	-
Total geral	6.569.236	13.136	130.622	6.712.994	6.713.046	(52)

(1) No encerramento do exercício a Instituição possuía R\$ 6.674.101 mil (2019 - R\$ 6.348.241 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Aplicações em cotas do Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andromeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2020		Acumulado em 31 de dezembro	
	2020	2019	2020	2019
Títulos de renda fixa	55.768	-	137.736	1.477.514
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13	-	36	73
Total	55.781	-	137.772	1.477.587

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Arrendamentos financeiros a receber	1.891.657	2.284.049
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(1.880.536)	(2.242.853)
Bens arrendados e perdas em arrendamentos (líquidas) (Nota 7k)	5.162.935	5.532.351
Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros (Nota 7k)	(1.545.439)	(1.586.105)
- Depreciações acumuladas	(2.353.481)	(2.452.247)
- Superveniência de depreciação	808.042	866.142
Valor residual garantido antecipado	(1.141.285)	(1.283.733)
Total do valor presente (1)	2.487.332	2.703.709

(1) O valor de mercado da carteira de arrendamento mercantil é de R\$ 2.486.321 mil (2019 - R\$ 2.675.773 mil), adotando as taxas de juros praticadas pela Organização em novos contratos de características similares.

c) Modalidades e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Curso normal					Curso anormal				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2020 (A)	% (1)	Total em 2019 (A)	% (1)
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	88.997	96.028	82.667	231.298	425.772	1.529.970	2.454.732	98,7	2.574.152	95,2
Total em 2020	88.997	96.028	82.667	231.298	425.772	1.529.970	2.454.732	98,7	2.574.152	95,2
Total em 2019	93.522	99.178	90.941	246.320	425.323	1.618.868	-	-	2.574.152	95,2

d) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2020	%	Total em 2019	%
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	398.189	850.756	1.142.606	22.352	15.060	6.804	4.811	16.020	30.734	2.487.332	100,0	2.703.709	100,0
Total em 2020	398.189	850.756	1.142.606	22.352	15.060	6.804	4.811	16.020	30.734	2.487.332	100,0	2.703.709	100,0
%	16,0	34,2	45,9	0,9	0,6	0,3	0,2	0,7	1,2	-	100,0	-	44,7
Total em 2019	494.297	676.850	1.354.650	15.431	14.167	5.219	204	19.739	123.152	-	-	2.703.709	100,0
%	18,3	25,0	50,1	0,6	0,5	0,2	-	0,7	4,6	-	-	-	44,7

e) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

I) Níveis de risco

	Níveis de risco													Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Operações em curso normal (3)													Total em 2020	% (1)	Total em 2019
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2020	% (1)	Total em 2019	% (1)			
Parcelas vencidas	-	-	156	12.363	3.527	2.320	1.036	406	9.009	28.817	100,0	104.289	100,0			
1 a 30	-	-	16	555	137	95	61	14	227	1.105	3,8	2.922	2,8			
31 a 60	-	-	16	578	130	94	59	15	187	1.087	3,8	2.853	2,7			
61 a 90	-	-	18	521	128	94	59	14	189	1.021	3,5	2.811	2,7			
91 a 180	-	-	46	1.626	320	273	170	42	547	3.024	10,5	8.153	7,8			
181 a 360	-	-	60	3.175	816	482	237	78	2.283	7.131	24,8	17.460	16,7			
Acima de 360	-	-	2	5.908	1.996	1.282	450	243	5.568	15.449	53,6	70.090	67,3			
Parcelas vencidas (2)	-	-	16	606	446	241	278	139	2.057	3.783	100,0	25.268	100,0			
1 a 14	-	-	-	29	96	73	17	1	161	377	10,0	2.109	8,3			
15 a 30	-	-	16	509	43	28	45	13	76	730	19,3	833	3,3			
31 a 60	-	-	-	68	141	97	63	15	244	628	16,6	2.529	10,0			
61 a 90	-	-	-	-	146	34	40	24	661	905	23,9	4.078	16,1			
91 a 180	-	-	-	-	20	9	113	73	470	685	18,1	7.151	28,4			
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	13	445	458	12,1	8.121	32,1			
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	447	1,8			
Subtotal	-	-	172	12.969	3.973	2.561	1.314	545	11.066	32.600	-	128.557	-			
Provisão específica	-	-	2	389	398	768	657	381	11.066	13.661	-	113.052	-			

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

	Níveis de risco													Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Operações em curso normal (2)													Total em 2020	% (1)	Total em 2019
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2020	% (1)	Total em 2019	% (1)			
Parcelas vencidas	398.169	850.041	1.142.101	9.383	11.087	4.236	3.497	15.469	19.630	2.453.613	100,0	2.572.902	99,9			
1 a 30	17.347	19.669	47.624	390	428	190	1.445	145	640	87.878	3,3	92.271	3,6			
31 a 60	18.239	27.454	48.294	386	420	188	231	143	673	96.028	4,7	99.177	3,9			
61 a 90	16.603	19.181	45.097	382	412	163	53	130	646	82.667	3,3	90.942	3,5			
91 a 180	48.477	51.541	125.767	1.117	1.195	507	415	505	1.774	231.298	9,6	246.320	9,6			
181 a 360	88.581	104.011	223.269	1.979	2.251	877	553	903	3.348	425.772	16,3	425.324	16,5			
Acima de 360	208.922	628.185	652.050	5.129	6.381	2.311	800	1.643	12.549	1.529.970	62,8	1.618.868	62,9			
Vencidas até 14 dias	20	715	333	-	-	7	6	38	38	1.119	-	1.250	-			
Subtotal	398.189	850.756	1.142.434	9.383	11.087	4.243	3.497	15.475	19.668	2.454.732	100,0	2.574.152	100,0			
Provisão genérica	-	4.254	11.424	281	1.109	1.273	1.748	10.833	19.668	50.590	-	44.392	-			
Total geral em 2020	398.189	850.756	1.142.606	22.352	15.060	6.804	4.811	16.020	30.734	2.487.332	100,0	2.572.902	99,9			
Provisão existente	-	4.562	11.485	689	1.516	2.091	2.405	11.214	30.734	64.796	-	64.796	-			
Provisão mínima requerida	-	4.254	11.426	670	1.507	2.041	2.405	11.214	30.734	64.251	-	64.251	-			
Provisão complementar	-	308	59	19	109	50	-	-	-	-	-	-	-			
Total geral em 2019	494.297	676.850	1.354.650	15.431	14.167	5.219	204	19.739	123.152	-	-	2.703.709	100,0			
Provisão existente	-	4.203	13.574	476	1.503	1.613	109	13.818	123.152	158.448	-	158.448	-			
Provisão mínima requerida	-	3.384	13.546	463	1.416	1.566	102	13.818	123.152	157.447	-	157.447	-			
Provisão complementar	-	819	28	13	87	47	7	-	-	-	-	1.001	-			

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

j) Provisão para perdas esperadas, movimentação da provisão e despesa de PDD líquida
l) Composição - Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Mínima requerida				Provisão				%	Total em 2019	%
		Específica		Total específica	Genérica	Total	Complementar	Total em 2020				
		Vencidas	Vencidas									
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	4.254	4.254	308	4.562	7,0	4.203	2,7	2,7
B	1,0	-	2	2	11.424	11.426	59	11.485	17,7	13.574	8,6	8,6
C	3,0	18	371	389	281	670	19	689	1,1	476	0,3	0,3
Subtotal		18	373	391	15.959	16.350	386	16.736	25,8	18.253	11,6	11,6
D	10,0	45	353	398	1.109	1.507	109	1.616	2,5	1.503	0,9	0,9
E	30,0	72	696	768	1.273	2.041	50	2.091	3,2	1.613	1,0	1,0
F	50,0	139	518	657	1.748	2.405	-	2.405	3,7	109	0,1	0,1
G	70,0	97	284	381	10.833	11.214	-	11.214	17,3	13.818	8,7	8,7
H	100,0	2.057	9.009	11.066	19.668	30.734	-	30.734	47,5	123.152	77,7	77,7
Subtotal		2.410	10.860	13.270	34.631	47.901	159	48.060	74,2	140.195	88,4	88,4
Total geral em 2020		2.428	11.233	13.661	50.590	64.251	545	64.796				
%		3,8	17,3	21,1	78,1	99,2	0,8	100,0				
Total geral em 2019		24.173	88.679	113.052	44.395	157.447	1.001			158.448		100,0
%		15,3	56,1	71,4	28,0	99,4	0,6					

II) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
- Provisão específica (1)	113.055	62.980
- Provisão genérica (2)	44.395	62.996
- Provisão complementar (3)	1.001	536
Saldo inicial em 1º de janeiro	158.448	126.512
(Reversão)/Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(87.738)	34.982
Baixas	(5.914)	(3.046)
Saldo final em 31 de dezembro (Nota 7j)	64.796	158.448
- Provisão específica (1)	13.661	113.052
- Provisão genérica (2)	50.590	44.395
- Provisão complementar (3)	545	1.001

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7j).

8) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto":

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)	Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial		
						2020	2019	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
						Serel Participações em Imóveis S.A. (1)	610.000	2.280.800	257	1,7807%
Aquarius Holdings Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	18.326	-	554	173
Total						40.614	58.318	255	1.272	1.398

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e
(2) Em 30 de abril de 2020 houve baixa do investimento da Aquarius Holdings Ltda. mediante devolução em caixa do investimento.

9) IMOBILIZADO DE USO

Imóveis de uso:	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
		2020	2019	2020	2019
- Terrenos	-	2.714	-	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.730	(22.363)	367	387
Total em 2020		25.444	(22.363)	3.081	
Total em 2019		25.444	(22.343)	3.101	

10) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Tributos antecipados	456.395	450.680
Devedores por depósitos em garantia	341.095	381.467
Outros	26.134	39.547
Total	823.624	871.694

11) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

l) Obrigações por repasses

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
- FINAME	31	60	-	92	80	-	263
Total em 2020	31	60	-	92	80	-	263
%	11,8	22,8	-	35,0	30,4	-	100,0
Total em 2019	61	46	42	127	257	403	936
%	6,5	4,9	4,5	13,6	27,4	43,1	100,0

II) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME no exercício somou R\$ 41 mil (2019 - R\$ 117 mil).

b) Recurso de emissão de títulos - Debêntures

l) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Valor contábil	
	Valor da operação	Vencimento	2020	2019
	Fevereiro/2005	4.000.000	2025	35.663
Fevereiro/2005	4.050.000	2025	100% CDI	2.778.222
Fevereiro/2005	8.775.000	2025	100% CDI	1.268.163
Janeiro/2008	6.750.000	2028	100% CDI	172.511
Junho/2011	4.750.000	2026	100% CDI	839.577
Junho/2011	4.750.000	2021	100% CDI	975.417
Total	33.075.000		6.181.544	6.015.065

III) Repactuação de debêntures
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não houve repactuação de debêntures.

III) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no exercício somou R\$ 184.685 mil (2019 - R\$ 532.919 mil).

c) Operações de captação no mercado

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
	Debêntures	69.808	184.685
Depósitos interfinanceiros	-	-	924.801
Total		184.685	1.457.720

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões de contingências passivas classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Civil (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos.

II - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é: IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 27.505 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 27.111 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

III - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	119.339
Atualização monetária	5.210	675
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	8.114	-
Pagamentos	(14.578)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	118.085	46.666

a) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 49.821 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 48.823 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.605.469 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.499.609 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
a) ISQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.290.572 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.314.750 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; e
b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 129.096 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 127.209 mil).

13) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Fiscais e previdenciárias	61.939	37.283
Sociais e estatutárias	21.862	176.800
Credores diversos	16.298	13.440
Outros	10.249	7.290
Total	110.348	234.813

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (2019 - R\$ 2.312.267 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 23.585 (2019 - 23.585) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Reservas de lucros	1.160.851	1.090.663
Reserva legal (1)	293.657	289.054
Reservas estatutárias (2)	867.194	801.609

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1) (2)
Lucro líquido do exercício	92.050	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(4.603)	
Base de cálculo	87.447	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020	21.862	25,0
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2019	176.800	75,2

(1) Percentual dos dividendos em relação à base de cálculo; e

(2) Percentual de juros sobre o capital próprio em relação à base de cálculo em 31 de dezembro de 2019.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

III) Recuperações

Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
	17.059	32.093	56.717

(1) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do Bacen.

k) Imobilizado de arrendamento (1)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Aeronaves	1.725.085	1.776.359
Máquinas e equipamentos	1.567.282	1.675.441
Veículos e afins	1.236.437	1.365.380
Outros	236.197	270.625
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquidas) (Nota 3e - iv)	397.934	444.546
Total de bens arrendados (Nota 7b)	5.162.935	5.532.351
Depreciação acumulada de bens arrendados	(2.353.481)	(2.452.247)
Superveniência de depreciação (Nota 3e - v)	808.042	866.142
Total da deprec		

...continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 195.867 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 227.330 mil), sendo: R\$ 195.115 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 226.580 mil) de diferenças temporárias e R\$ 752 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 750 mil) de base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente alivados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2019	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 31.12.2020
Superveniência de depreciação	216.535	-	(14.525)	202.010
Atualização de depósitos judiciais	79.060	5.060	-	84.120
Total dos impostos diferidos (Nota 21c)	295.595	5.060	(14.525)	286.130

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

b) A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Risco de Mercado

Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras: Carteira *Trading*, composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, delimitadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações delimitadas com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

	Carteira Banking (1)					
	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(77)	(7.359)	(14.474)	(123)	(16.175)	(31.641)
Índices de preços	(28)	(2.006)	(3.871)	(33)	(2.517)	(4.825)
Cupom cambial	(1)	(24)	(48)	(8)	(374)	(725)
Moeda estrangeira	(495)	(11.309)	(22.618)	(155)	(3.876)	(7.752)
Renda variável	(1.278)	(31.951)	(63.903)	(2.026)	(50.643)	(101.286)
Soberanos <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	(3)	(136)	(256)	-	-	-
Total sem correlação	(1.882)	(52.785)	(105.170)	(2.345)	(73.585)	(146.229)
Total com correlação	(1.075)	(25.375)	(50.828)	(2.102)	(56.628)	(112.927)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,18 foi utilizado um cenário de R\$ 5,23, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi aplicado um cenário de 2,87%.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,18 foi utilizado um cenário de R\$ 6,47, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi utilizado um cenário de 3,57%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,18 foi utilizado um cenário de R\$ 7,77, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi utilizado um cenário de 4,29%. Os cenários para os demais fatores de risco também representam choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

d) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo em 31 de dezembro

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	7.774	-	-	-	-	7.774
Instrumentos financeiros	6.569.236	13.136	-	131.952	-	6.714.324
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	1.330	-	1.330
- Títulos e valores mobiliários	6.569.236	13.136	-	130.622	-	6.712.994
Operações de arrendamento mercantil	91.209	417.343	433.361	1.545.419	-	2.487.332
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.986)	(8.662)	(10.456)	(40.692)	-	(64.796)
Créditos tributários	-	17.472	16.716	169.924	-	204.112
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	-	-	-	-	40.614	40.614
Imobilizado de uso	-	-	-	-	3.081	3.081
Outros ativos	14.039	3.080	3.703	802.802	-	823.624
Total em 2020	6.677.272	442.369	443.324	2.609.405	43.695	10.216.065
Total em 2019	6.896.693	493.317	465.693	2.200.547	61.419	10.117.669
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	31	975.569	80	5.206.127	-	6.181.807
- Recursos de instituições financeiras	31	152	80	-	-	263
- Recursos de emissão de títulos	-	975.417	-	5.206.127	-	6.181.544
Provisões	-	-	-	164.751	-	164.751
Impostos diferidos	-	-	-	286.130	-	286.130
Outros passivos	79.415	241	21.862	8.830	-	110.348
Patrimônio líquido						
Capital social	-	-	-	-	2.312.267	2.312.267
Reservas de lucros	-	-	-	-	1.160.851	1.160.851
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(89)	(89)
Total do patrimônio líquido					3.473.029	3.473.029
Total em 2020	79.446	975.810	21.942	5.665.838	3.473.029	10.216.065
Total em 2019	230.457	455	257	468.505	9.417.995	10.117.669

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

O resultado contábil em 2020 foi de R\$ 92 milhões, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente em 2020.

O resultado contábil em 2019 foi de R\$ 248 milhões, o resultado recorrente foi de R\$ 262 milhões e o resultado não recorrente foi de R\$ (14) milhões, líquido de impostos. O resultado não recorrente de 2019 foi apurado seguindo os critérios estabelecidos pela Administração em seu processo de elaboração do Relatório de Análise Econômica e Financeira e não se espera que ocorra em exercícios futuros, os quais elencamos abaixo:

Eventos não recorrentes 2019: i. Passivos Contingentes - R\$ (14) milhões: constituição atípica de provisões civis.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/11 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.538/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia não gerou impacto significativo na Instituição.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Diretor-Presidente Octávio de Lazari Junior	Diretores Vice-Presidentes Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli Eurico Ramos Fabri	Diretor Gerente Moacir Nachbar Junior
Vice-Presidente Carlos Alberto Rodrigues Guilherme		Diretores Adjuntos José Ramos Rocha Neto Leandro de Miranda Araujo Antonio José da Barbara	Diretores Leandro José Diniz José Gomes Fernandes Renata Geiser Mantarro
Membros Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glüher José Augusto Pancini Maurício Machado de Minas			Diretor de Relações com Investidores Leandro de Miranda Araujo
			Silvio José Alves Contador – CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição ou Bradesco Leasing") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3e e 7 a Bradesco Leasing registrou R\$ 64.796 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2020.

Para determinar a provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa a Bradesco Leasing classifica as operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Bradesco Leasing complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, afetado pelos efeitos da atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de arrendamento mercantil e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados aos processos de (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) a definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Bradesco Leasing quanto aos impactos gerados pela pandemia do Covid-19, como o aumento da inadimplência de determinados setores, aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem, o cálculo aritmético da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa da carteira de arrendamento mercantil, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações

contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstrações do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 10 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes

CRC SP-028567/F

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

28,5 MILHÕES DE INTERNAUTAS QUE FAZEM A DIFERENÇA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS

Divulgue o balanço anual da sua empresa para quem interessa, anunciando nos veículos de maior impacto e cobertura no mercado.

Valor + O GLOBO + Valor RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri

